

# Planeamento de campos de refugiados no Quénia. Notas para futura pesquisa<sup>1</sup>

Per Iwansson<sup>a</sup>

## Resumo

Alguns dos maiores campos de refugiados do mundo foram estabelecidos no Quénia, entre 1991 e 1992, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), para receber centenas de milhares de refugiados da Somália e do Sudão. Este texto relata como alguns destes campos foram planeados – Hagadera, Kakuma e Walda, este último já extinto –, detalha a ocupação do solo do primeiro e reflete sobre o que são hoje e no que se poderiam tornar. Apesar dos seus 25 anos de existência, o governo do Quénia e o ACNUR continuam a insistir no carácter provisório dos campos e no regresso dos refugiados aos países de origem. Com base na realidade empírica aqui restituída, o texto defende, na linha de outros autores, que os campos deveriam ser concebidos como aglomerados urbanos permanentes.

## Palavra-Chave

Campos de refugiados, Planeamento de campo de refugiados, Hagadera, Kakuma, Walda, Direito à Cidade.

## Abstract

Some of the largest refugee camps in the world were established in Kenya in 1991 and 1992, by The United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), in order to receive hundreds of thousands of refugees from Somalia and Sudan. This text reports about how some of the camps were planned - Hagadera, Kakuma and Walda, the last already extinct -, analyses the land use in some detail in the first and reflects on what the camps are today and what they could become. Even though the camps have existed in 25 years, the Kenyan government and the UNHCR keep insisting that the camps are provisory and that the refugees should return to their countries of origin. Based on the empirical reality here presented, the text defends, in line with other authors, that the camps should be seen and designed as permanent urban settlements.

## Keywords

Refugee camps, Planning of refugee camps, Hagadera, Kakuma, Walda, Right to the City.

## Introdução

Neste texto reflito, enquanto arquiteto e urbanista (*site planner*), sobre o processo de planeamento de campos de refugiados do Quénia realizado no quadro de uma missão de dois meses, em Maio e Junho de 1992, a convite do ACNUR. Num curto espaço de tempo, em resultado do colapso da Somália, da guerra no sul do Sudão e da instabilidade política na Etiópia, centenas de milhares de pessoas ficaram na situação de refugiados, tendo sido instalados em campos no leste e no norte do Quénia. Ifo, Dagahaley e Hagadera foram criados em 1991 e 1992 nos arredores da aldeia de Dadaab e subsistem ainda hoje, passa-

dos 25 anos, tal como Kakuma, localizado mais a norte. Em contrapartida, Walda, instalado perto da fronteira entre a Somália e a Etiópia, foi encerrado nos anos 1990. Nos arredores de Dadaab, foram posteriormente acrescentados dois campos, Ifo 2 e Kambioos (ACNUR, 2016).

O complexo de campos de refugiados de Dadaab – incluindo Ifo, Dagahaley, Hagadera, Ifo 2 e Kambioos – chegou a atingir 450.000 habitantes em 2015 (ACNUR, 2016), constituindo o terceiro maior aglomerado urbano do Quénia, a seguir às cidades de Nairobi, a capital, e de Mombassa. O campo de Kakuma albergava na mesma data 180.000 refugiados e constituía o maior campo de refugiados do mundo, seguido de Hagadera,

<sup>a</sup> Arquiteto e urbanista sueco. Trabalhou como urbanista em Moçambique entre 1978 e 1981 e, posteriormente, no planeamento de campos de refugiados e de habitação de emergência para o ACNUR no Quénia e outros países africanos, na Bosnia & Herzegovina e nos Balcãs entre 1992 e 1995. Trabalhou também para a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI) na reconstrução da habitação e infraestruturas destruídas pela guerra na Bosnia Herzegovina entre 1995 e 2003. Email: piwansson@gmail.com

<sup>1</sup> Texto traduzido do inglês e revisto pelas organizadoras do número da revista e pelo autor.

Dagahaley e de Ifo e, na Jordânia, do campo de Zaatari para refugiados sírios<sup>2</sup>. Duas gerações de habitantes viveram nestes campos do Quênia tendo aí já nascido uma terceira geração.

Questionei-me muitas vezes sobre a minha experiência de urbanista no Quênia e sobre se os esquemas rápidos, esboçados a lápis em folha de papel vegetal sobre uma mesa de campismo, à sombra de um toldo e sob um calor tórrido, haviam contribuído para criar condições de vida mínimas nos maiores campos de refugiados do mundo. Qual o impacto do planeamento físico dos campos e do desenho da malha urbana na realidade vivida no terreno e no modo de vida dos residentes? Os parâmetros utilizados nestes planos teriam sido os mais adequados? O que contribuiu ou não para o bom funcionamento dos campos e uma maior qualidade de vida dos refugiados? A resposta a estas questões requer um trabalho de campo para observar o espaço e conversar com as pessoas de forma a compreender os usos dos espaços e a sua relação com o plano desenhado. Este primeiro esboço reflexivo pretende responder a algumas destas questões e servir de base a uma pesquisa futura mais aprofundada.

São raros os estudos sobre o uso do solo nos campos de refugiados na perspectiva do arquiteto. Destaca-se Kennedy (2008) que na sua tese de doutoramento analisa o planeamento do campo de Ifo, tendo subjacente uma reflexão sobre as indicações do ACNUR para o planeamento de campos de refugiados no final da década de 1980. Em contrapartida, existem vários escritos sobre os campos de refugiados na ótica das ciências sociais, nomeadamente sobre a estrutura social, as práticas de habitar e o modo de vida nos campos, sobre as políticas de acolhimento e as categorias em que se inscrevem estes aglomerados. Alguns destes textos são influenciados pelas noções de urbanidade e de luta pelo espaço urbano formuladas em 1968 por Levebvre, no seu livro *O direito à cidade*. É o caso da obra de Agier (2008, 2011, 2014), que aborda a questão dos refugiados e a política das ações humanitárias. O autor visitou os campos de Dadaab, que entende como cidades em formação, onde os refugiados não têm o direito ao lugar, nem o direito a serem co-autores do espaço em que vivem. Jansen (2014), após visitas ao longo de anos a Kakuma, definiu-o como uma cidade emergente. Na mesma linha, Rawlence (2016) relata a vida dos habitantes de Ifo e Hagadera e a sua luta por uma vida com algum significado na situação forçada de temporariedade em que permanecem. Enghoff *et al.* (2010) sugerem que os campos têm contribuído para o desenvolvimento das comunidades de acolhimento.

## 1. Planeamento de campos de refugiados no Quênia, de Abril a Junho de 1992

### *O reordenamento de Walda*

Em 1991, o ACNUR, em acordo com o governo queniano, criou dois campos, Ifo e Walda, para alojar os refugiados da Somália que afluíam pela fronteira. Contou com o apoio da UNICEF para o abastecimento de água, através da construção de furos abertos nas linhas de água, *laga*<sup>3</sup>, existentes na região. Previa-se receber nestes primeiros campos até 30.000 pessoas, mas rapidamente se ultrapassou este número.

A representação queniana do ACNUR não tinha capacidade para planear o território, pelo que contratou uma empresa queniana de consultoria, a ITA, para planear e construir as infraestruturas básicas (vias e abastecimento de água) e os abrigos (*shelters*, na terminologia do ACNUR) dos dois campos, mas a ITA não logrou concluir as obras previstas no contrato. Ifo e Walda foram planeados tendo como base uma malha ortogonal organizada em unidades espaciais hierarquizadas, segundo o princípio de *community clusters* – parcelas para abrigos, quarteirões, blocos, secção e campo – em torno de áreas comuns. Segundo Kennedy (2010), esta estrutura seguia as ideias de planeamento do ACNUR na década de 1990.

A ITA removeu toda a vegetação dos dois campos de refugiados com bulldozers, transformando as áreas comuns e as vias demarcadas em areais fustigados pelo vento. Mais de metade dos abrigos de pau-a-pique ficaram inacabados

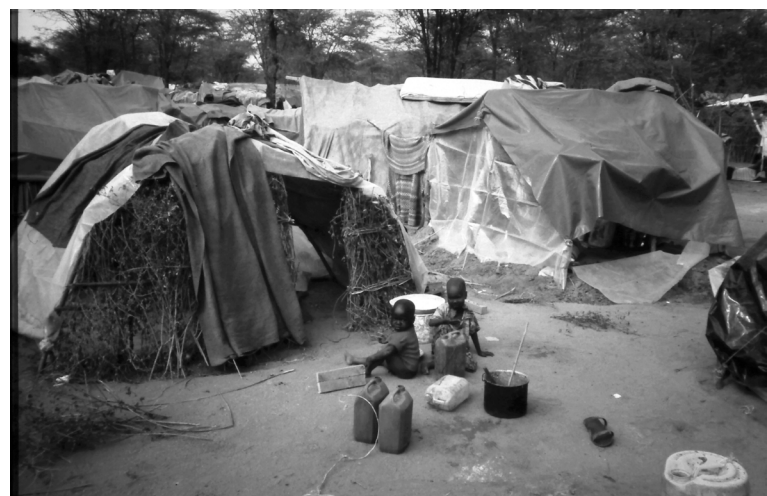


Imagem 1 - Refugiados instalados em Walda

Fonte: autor, 1992

<sup>2</sup> Posteriormente têm sido criados em outros países outros campos de refugiados com maior número de habitantes.

<sup>3</sup> *Laga*, na língua local, é uma linha de água, que se encontra seca a maior parte do ano.

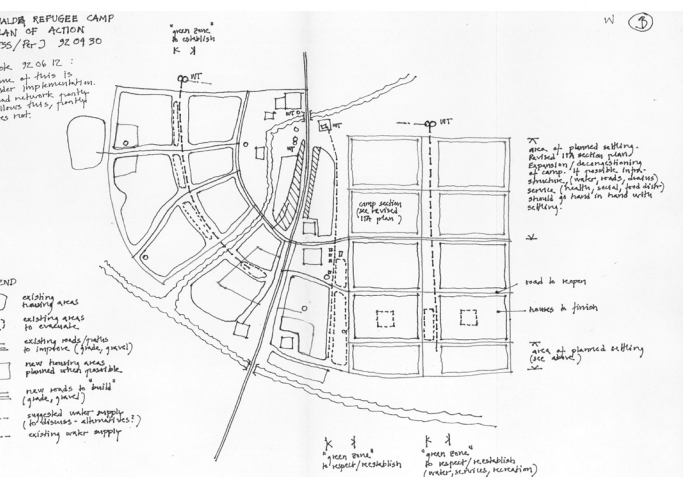
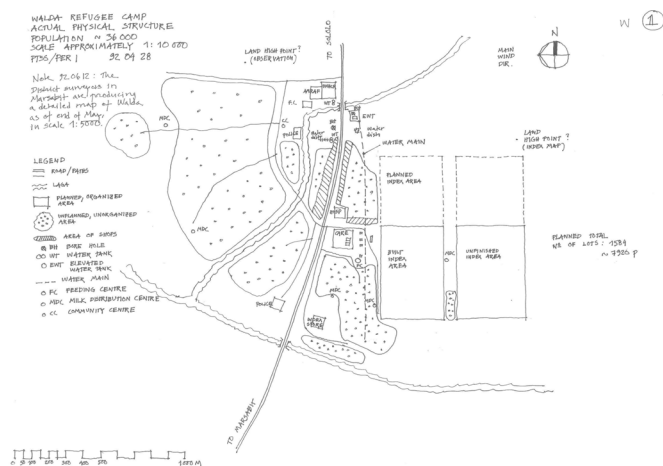


Imagem 2 - Mapa para reestruturação do campo Walda

Fonte: autor, 1992

Imagem 3 - Plano de ação para reestruturação do campo Walda

Fonte: autor, 1992

Imagem 4 - Bulldozer abrindo uma estrada

Fonte: autor, 1992

(leitura de cima para baixo)

e apenas algumas latrinas foram construídas. A canalização da água não foi colocada. Por outro lado, a parte planeada do campo não era suficiente para cobrir o forte fluxo de refugiados, que se instalaram espontaneamente nas áreas envolventes. Devido ao conflito contratual com a ITA, o ACNUR não quis instalar os refugiados nas áreas onde os abrigos não estavam finalizados, as quais em parte acabaram por ser ocupadas espontaneamente.

O campo de Walda ficou rapidamente superlotado. O pessoal do ACNUR e do CARE (ONG parceira para a gestão do campo e distribuição de alimentos) mal conseguia registrar os refugiados e emitir cartões de racionamento. As famílias que iam chegando recebiam um lençol de plástico do ACNUR, ou uma tenda, ou nada, e instalavam-se como podiam. As áreas comuns da maioria dos quarteirões do plano da ITA rapidamente ficaram ocupadas com tendas e *tukols* (cabana tradicional cônica dos nómadas somalis). O pessoal perdeu o controle da situação de emergência e a receção organizada dos refugiados entrou em colapso.

A ocupação desordenada do campo Walda agudizou as más condições sanitárias, resultando numa taxa acentuada de mortalidade infantil. As áreas mais densamente ocupadas ficavam inundadas quando chovia. Alguns refugiados que se deitavam no chão, por fraqueza, afogavam-se em charcos. Os veículos para transporte de mortos e doentes dificilmente entravam no campo. O próprio pessoal do ACNUR tinha dificuldade em se orientar no campo. Foi o caso de uma funcionária que, para sustentar a mortalidade infantil, teve de abrir no campo três áreas para centros de distribuição de leite. Para o efeito, seguiu por caminhos com direções diferentes, no interior do campo, mas desorientou-se e acabou por chegar quase ao mesmo sítio.

Um mercado florescente cresceu ao longo da principal via regional que atravessava o campo. As bancas de venda na via de acesso foram instaladas nas valas e a drenagem das águas pluviais deixou de funcionar. A frequência dos acidentes aumentou.

Quando cheguei ao campo de refugiados de Walda para proceder ao seu reordenamento, medi as distâncias a passo e com o apoio de um odómetro de automóvel, para esboçar um mapa simples da ocupação existente e esboçar um plano de reestruturação (Imagem 2).

Para a implantação deste plano, o ACNUR contratou ao município vizinho de Marsabit um bulldozer com o seu operador, com o qual abrimos as vias demarcadas e as áreas para insta-

lação de serviços. Os refugiados atingidos pela abertura das vias iam sendo deslocados e instalados em outros locais. A reestruturação do campo melhorou as condições de vida e a mortalidade infantil diminuiu (Imagem 3 e 4).

Este impacto mostra o papel do planeamento de um campo na qualidade de vida dos refugiados. Um campo planeado, por mais simples que seja o plano, tende a funcionar melhor que um campo não planeado. A observação de Walda mostrou-me que o conceito de ‘unidade de vizinhança’, com unidades de abrigos agrupadas em torno de áreas abertas para necessidades comuns e futuras, não funcionava, dada a dificuldade do pouco pessoal gerir o contínuo e acelerado afluxo de refugiados. Verifiquei também que era indiferente instalar as pessoas em parcelas pré-definidas e ordenadas em quarteirões, ou livremente. O que mostrou ser determinante para um melhor funcionamento do campo foi a estrutura viária, que pode facilitar o acesso ao interior do campo, a percepção da sua estrutura, a orientação e o endereçamento. A divisão em unidades de blocos e secções também mostrou ser importante para fins administrativos e para o fornecimento de serviços.

O campo Walda foi encerrado mais tarde, ainda na década de 1990, por razões de segurança, depois dos soldados do governo etíope terem atacado o campo à procura dos antigos soldados de Mengistu que se encontravam entre os refugiados. No local, aproveitando a rede de água aí colocada, foi posteriormente instalada uma exploração agrícola.

#### *Plano expedito para Hagadera: de mato cerrado a campo de refugiados em trinta dias*

O campo de Hagadera, pensado para acolher 30 a 40.000 pessoas, tinha de estar pronto a receber refugiados no prazo de um mês, após a minha chegada a Dadaab em Maio de 1992. A escolha do local teve como base a prospeção com furos artesianos do aquífero *Laga*, a sudoeste de Dadaab, e a existência de terreno disponível suficiente.

Para elaborar o plano do novo campo, não havendo cartografia da área, foi necessário construir um mapa aproximado do terreno, incluindo os contornos do *Laga*, a localização da via principal, os furos artesianos e outras características do terreno (Imagem 5). A equipa de planeamento integrava um agrimensor queniano, John Kariuki, e alguns assistentes. A paisagem de Hagadera tinha árvores e arbustos espinhosos, sendo a visibilidade limitada (Imagem 6). Percorremos uma vasta área a pé, durante vários dias, para identifi-

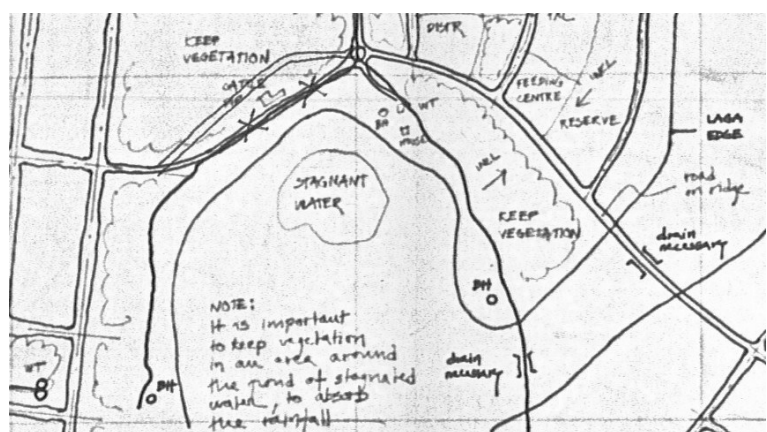


Imagem 5 - Instruções inscritas no plano de Hagadera e via curva

Fonte: autor, 1992

Imagem 6 - Equipas de desmatamento do campo de Hagadera

Fonte: autor, 1992

Imagem 7 - Estrada, cano de água e gestores de campo do ACNUR em Hagadera

Fonte: autor, 1992

(leitura de cima para baixo)

car a melhor área para a implantação do campo. Um dia em que John estava ausente, explorei o terreno sozinho e descobri um curso secundário do Laga que tinha de ser levantado. Quando John regressou, alertou-me para a existência de leões nas cercanias que atacavam as pessoas: «Há leões! Quando estamos em grupo não se aproximam, mas não quando estás sozinho!» Após duas semanas de levantamentos, o mapa ficou pronto, mas só faltavam duas semanas para elaborar o plano e preparar o campo para receber os primeiros refugiados.

Para o traçado do plano, segui os dois princípios de planeamento de Dagahaley estabelecidos pelo arquiteto alemão Werner Shellenberg, que me tinha precedido no ACNUR em Dadaab: (1) a unidade base era um bloco de 120x240 m<sup>2</sup>, composto por cinco vezes 24 parcelas contíguas de 8x18 m<sup>2</sup> e espaço comum, para alojar cerca de 550 a 600 pessoas numa média de 5 pessoas por família; (2) fiadas de blocos separadas por faixas verdes constituíam «secções» retangulares com cerca de 1km de comprimento, dimensão decidida em função da capacidade de pressão na canalização de uma torre de água metálica pré-fabricada da OXFAM. A esta estrutura urbana acrescentei um segundo corredor verde transversal às secções (ver Imagens 12, 13, 14).

O *Laga* dividia o campo em duas partes. O centro do campo foi colocado no cruzamento da principal via de acesso com o *Laga*. Esta área central tinha árvores altas e belas que foram mantidas. Pretendi inicialmente que o traçado do plano seguisse o contorno do *Laga*. A via principal, que ligava as duas partes do campo, começou a ser demarcada de forma sinuosa, contornando o *Laga* (Imagem 7). Face ao tempo que o John e o seu assistente levaram a demarcá-la, optámos por um traçado ortogonal.

O John inventou um método simples para se demarcarem rapidamente as vias retas ao longo das secções e blocos do campo: um *bulldozer* abria as vias; alguns refugiados, equipados com machetes, faziam cortes nas árvores e marcavam a guia visual que orientava o operador da máquina; três homens à sua frente e com alguma distância entre si, formavam uma linha reta quando o primeiro não via o terceiro. Desta forma, John e os seus assistentes marcavam o começo de cada via ao longo das secções do campo com estacas e formaram-se várias equipas de três homens em linha reta, abrindo simultaneamente muitas linhas de visão.

Na área central, o armazenamento e distribuição de alimentos e o hospital eram os equipamentos que requeriam maior área. A zona para o pessoal e os serviços administrativos foi localiza-

da afastada da via de acesso, para proteger do pó levantado pelos automóveis. Tendo como exemplo o mercado florescente de Walda, reservei, à beira da via principal, uma zona para mercado. No final, ao rever a relação do plano com a paisagem, verifiquei que a secção oriental do campo se encontrava muito perto da margem do *Laga*. Corrigi o desenho com instruções que deixei no local.

*Kakuma, o maior campo de refugiados do mundo, planeado em menos de uma semana*

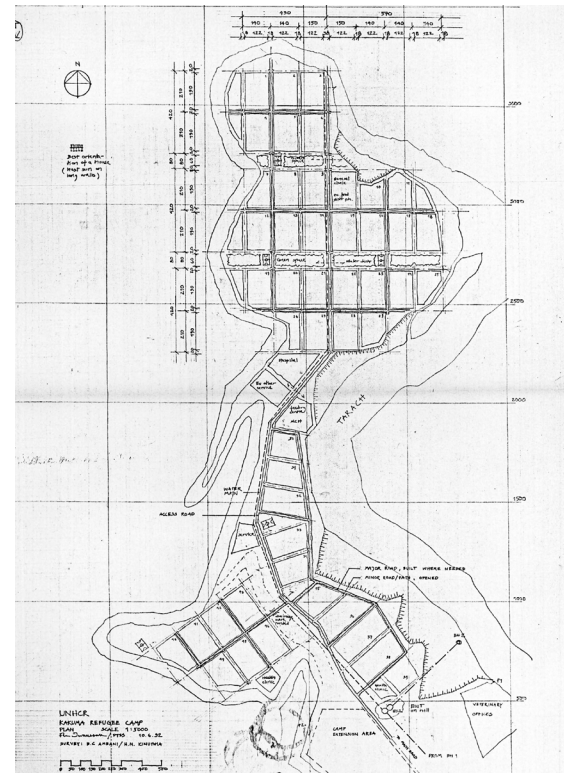
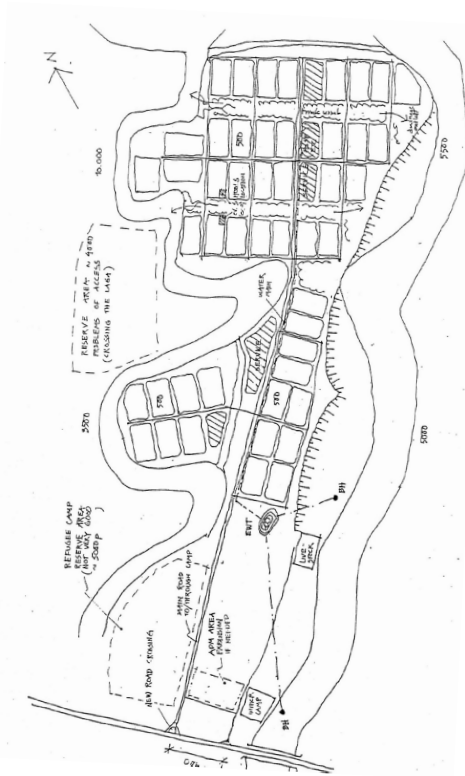
O ACNUR tinha instalado um campo provisório em Lokichokio, perto da fronteira com o Sudão, com 21.000 refugiados oriundos do conflito no sul deste país, mas decidiu deslocar o campo para longe da fronteira, para impedir que os rapazes ao fazerem 15 anos fossem atraídos para a guerra.

O local escolhido para o campo de Kakuma situava-se entre dois *lagas* do rio Tarach. Tínhamos requisitado os serviços dos agrimensores distritais, para a elaboração de um mapa do terreno, mas este tardava. Como o meu contrato estava a acabar e tinha de elaborar o plano para este campo, aproveitei a viagem para Kakuma numa avioneta, para desenhar as curvas dos dois cursos de água, tendo pedido ao piloto para sobrevoar o local em círculos. Os primeiros esboços para o campo de Kakuma foram elaborados sobre o mapa desenhado na avioneta (Imagem 8). Os agrimensores chegaram uns dias depois e trabalharam dia e noite. Os contornos ondulantes dos cursos dos *lagas*, que delimitavam o campo eram difíceis de registar, pelo que, no esboço do plano, optei por uma estrutura urbana tendo como espinha dorsal uma via central.

Antes de partir de Kakuma, com os agrimensores, colocámos estacas brancas para marcar toda a extensão desta via, de forma a preservar as belas árvores existentes que não deveriam ser abatidas por causa do plano. O primeiro esboço do plano foi elaborado a 6 de Junho de 1992, sobre o mapa esboçado na avioneta poucos dias após a minha chegada a Kakuma. O plano final que elaborei a partir do mapa dos agrimensores data de 10 de Junho, quatro dias mais tarde (Imagem 9). A primeira fase do campo, que era em 2015 o maior do mundo, foi planeado em menos de uma semana (Imagem 10).

## 2. O ordenamento de Hagadera e a ocupação do terreno

Escolhi Hagadera para uma primeira reflexão sobre a relação entre os planos e a ocupação poste-



rior do solo e tomei como base de leitura as fotos aéreas do Google Earth (2017), a descrição de outros autores e o relatório do ACNUR de Junho de 2013, mostrando a localização dos serviços, administração e comércio.

Se o planeamento físico influi na qualidade de vida, é sobretudo através da conceção do espaço privado e do espaço público. O espaço privado condiciona as atividades da família e vizinhos na habitação e no quarteirão; ora, nos campos de refugiados, a qualidade da construção das casas, bem como dos equipamentos e das infraestruturas viárias e outras têm uma qualidade mínima ou abaixo dos mínimos. Por isso, a conceção do espaço público para convívio, comércio e instituições é fundamental para se lograr alguma «vida urbana» que compense a precariedade do espaço habitacional.

### A estrutura do campo

O campo foi ocupado de acordo com a estrutura original de duas zonas separadas pelo *Laga* e ligadas por um centro de serviços. O desenho de 1992 estruturou o campo em nove fiadas de blocos residenciais, organizadas em seis secções longitudinais separadas por três corredores “verdes” sem construção e atravessados por um corredor idêntico. Cada bloco residencial foi concebido para alo-

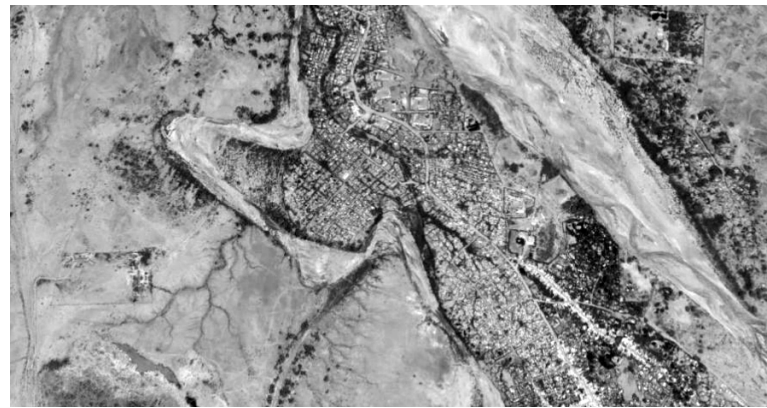


Imagem 8 - Plano de Kakuma sobre «mapa de avioneta»

Fonte: autor, 1992

Imagem 9 - Plano de Kakuma sobre mapa de agrimensura

Fonte: autor, 1992

Imagem 10 - Kakuma, vendo-se a via «dorsal» em curva

Fonte: Google Earth, 2016

(leitura de cima para baixo, esq. para dir)

jar 550 a 600 pessoas, num total de 54 quarteirões residenciais e de 30 a 35.000 pessoas (Imagem 11).

O campo foi ampliado, como sugeria o plano, com três novas secções em ambos os lados da parte ocidental e uma secção e blocos adicionais na

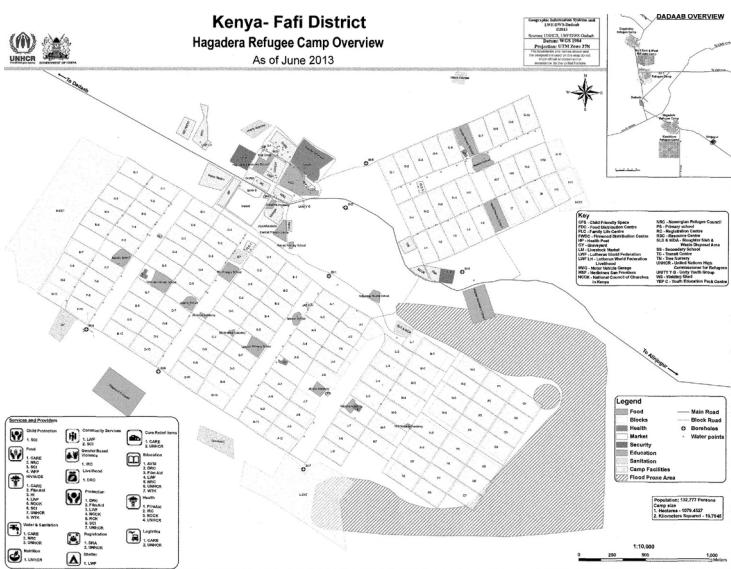
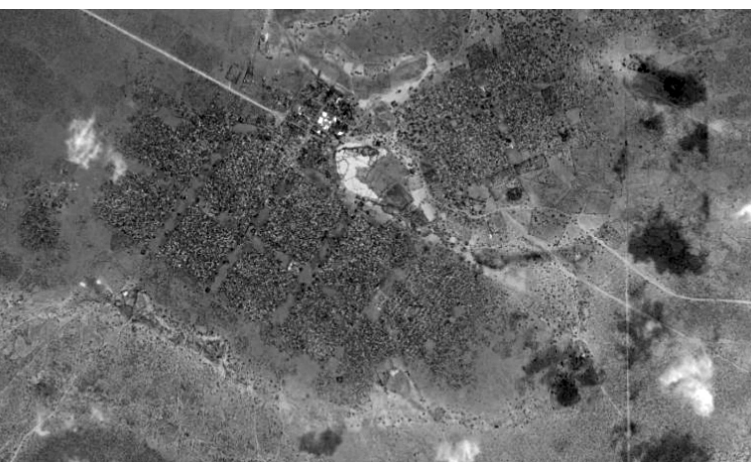
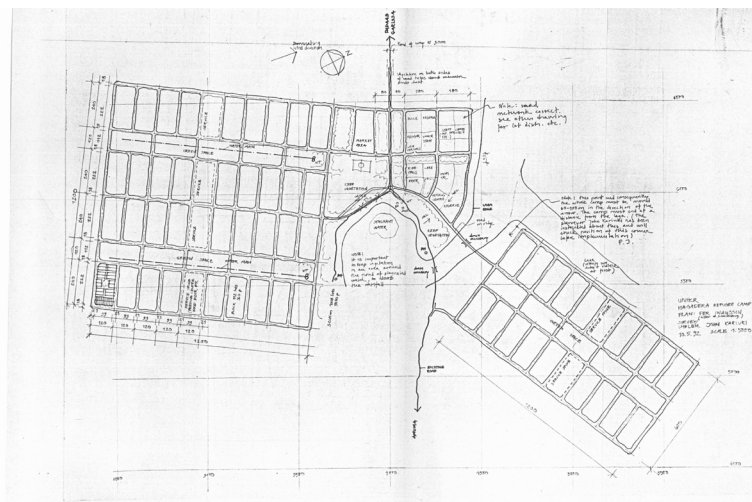


Imagem 11 - Esboço de plano de Hagadera

Fonte: autor, 1992

Imagem 12 - Hagadera

Fonte: Google Earth, 2017

Imagem 13 - Hagadera

Fonte: ACNUR, 2013

(leitura de cima para baixo)

parte oriental. Em 2013 (ACNUR 2013), incluía 138 blocos residenciais e alojava 132.777 pessoas. Fora da estrutura ordenada do campo, surgiram algumas áreas de ocupação espontânea (Imagens 12 e 13).

A separação entre o espaço privado para abrigo (das nove fiadas de blocos organizadas em secções retangulares) e o espaço público (dos corredores sem construção com 120m de largura a separar e a atravessar as secções) funciona como planeado. A extensão do campo para sudoeste já não incluiu o corredor de separação.

Os corredores para uso público não têm sido usados para instalar abrigos, mas, sendo facilmente acessíveis, os refugiados retiraram-lhes quase toda a vegetação, para responder à necessidade de lenha e de madeira para construção. Em contrapartida, persistem árvores de sombra nos quarteirões residenciais. Torneiras de água e centros de distribuição de alimentos foram colocados nos corredores que separam as secções e, no corredor que atravessa as secções do campo, tal como previsto no plano, foram localizados diferentes tipos de escola. Só uma visita ao local permitirá compreender como estes corredores são hoje utilizados.

### O Centro

O centro do campo, com o centro comercial num dos lados da via de acesso e, do outro lado, a administração e distribuição de alimentos, manteve as principais características previstas no plano (Imagem 14). A via ondulada ao longo do *Laga*, concebida para delimitar este parque central com vegetação, permanece visível, mas limitada pelo crescimento do mercado e da área de distribuição de alimentos. Uma biblioteca, duas escolas primárias e uma mesquita foram implantadas nas margens do *Laga*, reforçando este espaço central.

A zona administrativa, com os escritórios e alojamentos das várias organizações humanitárias, o edifício para registo de refugiados, o centro de distribuição de alimentos e o hospital, segue o desenho original, ao nível das vias que dividem as áreas para as diferentes organizações e da localização de cada uma. Algumas organizações novas foram instaladas e a faixa ao longo da via principal, que visava proteger da poeira, foi ocupada.

O mercado de Hagadera foi implantado no local previsto no plano e, em certa medida, respeitou a distância anti-poeira da via principal. O mercado foi criado pelos empresários do campo e por vendedores quenianos dos arredores, tendo-se expandido até ao *Laga* e para noroeste. As

bancas do mercado alinham-se ao longo dos limites dos blocos residenciais mais próximos (Imagem 15). Rawlence (2016) e Agier (2008) descrevem-no como um centro urbano cheio de vitalidade apesar das precárias condições de venda em barracas. Segundo Agier (*ibid.*), o mercado é conhecido como a “Cidade” e inclui uma variedade de lojas, restaurantes, bares, locais de projeção de vídeos e uma densa rede de caminhos pedonais. A estação de autocarros de Hagadera localiza-se junto ao mercado numa praça à beira da via principal.

### *A unidade habitacional básica e o bloco*

A unidade habitacional básica do plano é uma parcela de 8x18 m<sup>2</sup>, para uma família média de cinco pessoas. Antes do planeamento de Hagadera, observei “abrigos” de refugiados mais e menos superlotados em Walda. Uma tenda do ACNUR ou uma “tukol” portátil (cabana nómada somali) não ocupam muito espaço, mas é necessário espaço fora da tenda para cozinhar, comer e outras tarefas domésticas. Num estudo anterior que realizara em Messica, uma pequena vila de Moçambique, observara que uma família típica moçambicana utilizava cerca de 100m<sup>2</sup> para atividades domésticas no exterior da casa (Iwansson 1985). A parcela de 144m<sup>2</sup> para Hagadera pareceu-me por isso ter um dimensionamento razoável.

Os recursos humanos para a gestão territorial no campo eram muito limitados em 1992: apenas alguns administradores para registarem os refugiados, lhes atribuírem uma tenda e bens domésticos e lhes mostrarem onde se iam instalar. Argumentei por isso que não era importante organizar as parcelas em quarteirões ortogonais e mostrei desenhos com alternativas defendendo uma instalação espontânea. O bloco, definido pela estrutura mais abrangente da rede de arruamentos, era a unidade espacial de referência. Hagadera apresenta hoje blocos com diferentes tipos de ocupação: uns com parcelas ordenadas e outros com parcelas espontâneas, criadas à medida que as famílias se iam instalando. A coexistência de caminhos sinuosos resultantes da ocupação espontânea e da rígida estrutura do plano cria ambientes interessantes. Ao longo dos anos, as pessoas conseguiram mudar-se de modo a morarem mais perto de parentes ou de se agregarem por clãs Somali e de acordo com nacionalidades. A ocupação do solo mostra as mudanças entre a instalação inicial e os ajustamentos ao modo de vida.

O plano previa que cada bloco tivesse cinco quarteirões, separados por vias de 10,5m, cada

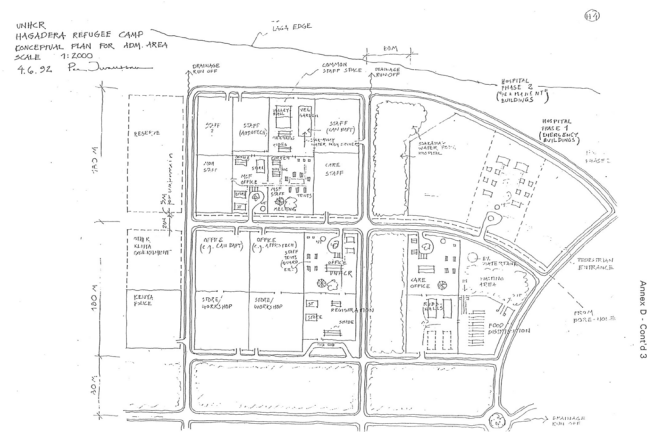


Imagem 14 - Hagadera, plano para centro administrativo

Fonte: autor, 1992

Imagem 15 - Hagadera: centro e mercado

Fonte: Google Earth, 2015

(leitura de cima para baixo)

um com duas fiadas de doze parcelas, atravessadas por um caminho de 3m, num máximo de 120 parcelas. As imagens 16 a 19 permitem comparar o que o plano previa com a ocupação do solo nos quarteirões, visível nas fotos aéreas.

Os blocos C1 e C2 (numeração do ACNUR 2013) foram dos primeiros a ser criados em 1992 (Imagem 18). É visível a malha ortogonal de um bloco com cinco quarteirões com várias parcelas, separados por vias de acesso local e atravessados por um caminho pedonal. Os edifícios estão dispostos em padrão ortogonal às vias, mas é difícil ver a divisão em parcelas. A densidade de ocupação é de cerca de 50%. A ocupação do bloco C5 não apresenta qualquer ortogonalidade (Imagem 19). Caminhos ligando as parcelas foram criados pelas famílias à medida que se fo-





ram instalando. As parcelas adjacentes ao corredor de espaço público estenderam-se para dentro dele. A ocupação do solo também aqui é bastante densa.

No perfil do ACNUR de 2013, Hagadera é composto por 138 quarteirões e algumas áreas de ocupação espontânea com menor densidade. O campo tem uma população total de 132.777 pessoas e de 962 em média por bloco, bem mais do que as 600 previstas no plano. As famílias vivem num espaço muito menor do que a unidade projetada de 144m<sup>2</sup>. Rawlence (2016) refere que as pessoas partilham o espaço de habitação com parentes ou amigos, ou subalugam espaço. O relatório do ACNUR de 2013 fala de grave superlotação.

### 3. “Não-lugares ou cidades em formação”? O que são os campos? O que poderão ser?

Os campos de refugiados são criados para salvar vidas e para oferecer proteção e cuidados mínimos aos que fogem da guerra, tendo perdido os seus lares e os seus bens. As organizações humanitárias lideradas pelo ACNUR mobilizam recursos e organizam o abastecimento de água, a distribuição de alimentos e os cuidados básicos de saúde. Um agrupamento ordenado das pessoas

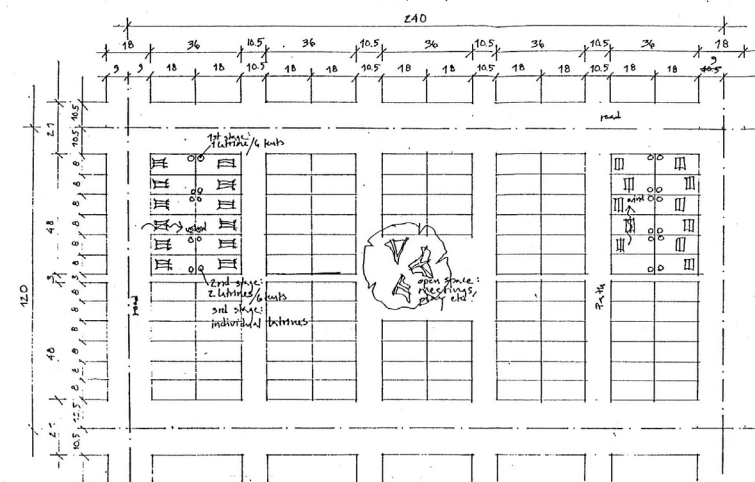


Imagem 16 - Padrão urbano de Hagadera. Estrutura rígida e caminhos sinuosos

Fonte: Google Earth, 2015

Imagem 17 - Hagadera, bloco planejado

Fonte: autor, 1992

Imagem 18 - Hagadera: blocos C1, C2

Fonte: Google Earth, 2015

Imagem 19 - Hagadera: blocos C5 (drt.)

Fonte: Google Earth, 2015

(leitura de cima para baixo)

facilita a gestão dos campos, daí a importância de um planeamento elementar do espaço. O governo queniano tem acolhido centenas de milhares de refugiados, mas também tem pretendido controlá-los. Os campos foram situados em áreas semi-desérticas quase desabitadas, longe das maiores áreas urbanas, e são controlados pelas forças policiais quenianas.

Uma vez estabelecidos, os campos desenvolvem-se. As organizações humanitárias que gerem os campos expandem os seus serviços para melhorar o abastecimento de água, disponibilizar mais escolas, hospitais, centros de formação sobre atividades «geradoras de rendimento» e «direitos humanos». Quando as necessidades mais básicas são asseguradas, os refugiados procuram melhorar o contexto social, a educação, os rendimentos e uma vida com algum significado, iniciando-se um “processo de urbanização”. Como refere Agier (2008:50), os refugiados:

*“organizam-se a si próprios no espaço [...]. O mecanismo humanitário de sobrevivência torna-se para eles uma rede de relações no seio da qual emerge uma certa forma de hierarquia social [...], o espaço vazio começa a preencher-se e a ganhar vida, e ganha forma uma espécie de cidade sem nunca ter sido programada”.*

Perdurando há décadas, os campos assemelham-se cada vez mais a cidades. A “indústria” humanitária multiplica os serviços que fornece; Kakuma, por exemplo, já tinha em 2005 quatro escolas secundárias, mais de vinte escolas primárias e vários centros de formação profissional, sete centros de cuidados maternos e infantis, quatro centros de saúde e um hospital principal (Jansen, 2014).

As organizações humanitárias, que constituem efetivamente uma espécie de governo local, oferecem empregos a quenianos na gestão dos campos – professores, trabalhadores de saúde, etc. – mas também a refugiados, que não têm permissão legal para trabalhar, mas podem fazê-lo como «voluntários». No início da instalação dos campos, em 1991, o «orçamento humanitário» anual da operação de Dadaab para provimento de alimentos e serviços era de 30.000 dólares (USD) e em 2010 já tinha aumentado para 100 milhões de dólares (USD) (Enghof *et al.*, 2010).

A economia privada cresce a partir das capacidades e iniciativa das pessoas. Empresários refugiados residentes nos campos obtêm apoio de parentes e amigos que conseguem mudar-se para a Europa ou os EUA, ou que disponham de

capital financeiro na Somália ou noutro lugar. A comunidade somali em Nairobi é outra fonte de dinheiro. Existem investimentos (formalmente clandestinos) de homens de negócios quenianos. Os campos tornam-se verdadeiros centros de atividade comercial. O mercado de Hagadera é o mais importante na região nordeste do Quênia. Apesar das restrições de movimento impostas pelo governo, existem carreiras regulares de autocarros do terminal de autocarros em Hagadera para Nairobi, Somália e Etiópia, e carreiras de miniautocarros fazem a ligação entre os campos de Dadaab (Rawlence, 2016).

Kakuma e os campos de Dadaab tornaram-se de pleno direito pequenas cidades, onde os habitantes das comunidades de acolhimento vizinhas vão procurar as oportunidades de trabalho, as trocas de mercadorias e os produtos agrícolas que estas grandes povoações oferecem (Enghof *et al.*, 2010). Em 2010, havia 5.000 empresas, de pequenas a grandes lojas, no interior dos campos de Dadaab e 370 na cidade de Dadaab. A economia emergente é informal, mas cria ofertas de emprego como motoristas, nas bancas de mercado, no fornecimento e talhe de carne de cabrito e camelo, ou na revenda de rações de alimentos (Rawlence, 2016). Estimava-se a faturação anual dos negócios com base nos campos em 25 milhões de dólares. Cerca de 600 a 700 quenianos tinham empregos ligados às operações humanitárias nos campos e havia ainda cerca de 500 empregos ligados ao comércio nas comunidades de acolhimento (Enghof *et al.*, 2010).

Apoiando-se na distinção entre ‘cidade’ e ‘urbano’ de Lefebvre (1968), alguns investigadores sociais que estudaram campos de refugiados afirmam que, à medida que os habitantes dos campos assumem o controle do espaço, a vida urbana emergente vai muito para além dos simples aspetos materiais de infraestruturas e serviços. Agier (2008) sugere que as pessoas se apropriam simbolicamente dos espaços públicos nomeando-os: as duas partes do campo divididas pelo *laga* em Hagadera são chamadas em somali, «*baat wein*» (terra arenosa) e «*gadway*» (areia vermelha); o mercado é apelidado de «*magalo*» (cidade); a rua que atravessa o mercado recebe nome inglês, *main street*; e a larga faixa de espaço público que leva ao mercado é a *highway*.

Contudo, a urbanidade emergente é obstruída por um muro de restrições. O governo de acolhimento queniano, a «indústria administrativa humanitária» do ACNUR e os seus parceiros de implementação, as ONGs internacionais, não aceitam ver os campos como cidades emergentes e territórios permanentes.

Os refugiados não têm direitos para além da sua mera subsistência física, nem direitos políticos nem legais. Não lhes são concedidos vistos de trabalho, nem lhes é permitido fazer trabalho agrícola. Não podem viajar livremente. Os investimentos nos campos, que visem a permanência, não são permitidos. Por vezes, tem sido proibida a construção de casas ou edifícios escolares em materiais de construção bons e duráveis. Os empregos dependem da indústria de assistência humanitária. O número de negócios e de postos de trabalho é escasso relativamente às centenas de milhares de refugiados.

À medida que o tempo passa, a noção e esperança de um lar noutra lugar perde cada vez mais sentido para os refugiados. Os campos são o único lar e a cidade que as novas gerações conhecem. A vida é uma vida de espera. Os habitantes dos campos vivem na contradição entre, por um lado, o “não-lugar”, que é supostamente temporário, e a “cidade”, que utilizam diariamente e veem como um facto no terreno. Agier (2008, p.65) expressa-o assim:

«A cidade está no campo, mas somente na forma de tentativas que são constantemente abortadas. Esta ambivalência e tensão traduzem-se numa realidade que é ambígua, indeterminada e não concretizada: os campos-cidades nem estão completamente fechados nem completamente abertos, os refugiados como sujeitos nem estão completamente mortos nem completamente vivos».

A comunidade internacional e, em certa medida, o governo queniano têm gasto e continuam a gastar grandes somas de dinheiro todos os anos em infraestruturas e serviços. Os campos, que sob vários aspetos se assemelham aos assentamentos informais nas periferias das maiores cidades do Quênia, têm sob vários aspetos melhor nível de vida do que aqueles.

Colocam-se, pois, várias questões sobre o desenvolvimento destas áreas. E se os refugiados tivessem direitos de representação política e se lhes fosse permitido o livre acesso de circulação dentro e fora dos campos, quer a refugiados, quer a quenianos? E se investimentos económicos de dentro e de fora dos campos fossem incentivados ao invés de serem dificultados? Não poderiam estas concentrações de pessoas, já servidas por infraestruturas urbanas básicas e em simbiose com as cidades locais que crescem por causa dos campos, tornar-se centros de desenvolvimento das regiões rurais onde se localizam?

De uma perspetiva de arquiteto e urbanista termino com outro conjunto de questões inerentes a uma visão utópica de um mundo com direito à cidade para todos: E se se comesse a melhorar gradualmente o que já existe? E se se asfaltassem as vias principais que desde há décadas enchem tudo e todos com o pó da areia vermelha e se se construíssem reais caminhos pedonais e espaços públicos? E se se pensasse em termos de cidade e de casas em vez de “campos” provisórios e de “abrigos”? E se isto tivesse sido feito desde o início?

## Bibliografia

- Agier, Michel (2008), *On the Margins of the World. The Refugee Experience Today*, Cambridge: Polity Press.
- Agier, Michel (2011), *Managing the undesirables*, Cambridge: Polity Press.
- Agier, Michel (ed.) (2014), *Un monde de Camps*, Paris: Éditions la Découverte.
- Enghoff, M.; Hansen, B.; Umar, A.; Gildes-tad, B.; Omar, M.; Obara, A. (2010), *In Search of Protection and Livelihood. Socio-economic and environmental impacts of Dadaab Refugee Camps on Host Communities (Report)*, Nairobi: Danish Embassy, Norwegian Embassy, Republic of Kenya.
- Grbac, Peter (2013), “Civitas, polis and urbs. Reimagining the refugee camp as the city”. *Working paper n.º 96*, Oxford: Refugee Studies Centre, University of Oxford.
- Hartmann, J.; Laue, F; Lorenz, P.; Mis-selwitz, Ph. (eds) (2013), *Trialog 112/113: Camp Cities*, Alemanha. Disponível em: <http://www.trialog-journal.de/en/journal/archive/> [Cons. 01/10/2017].
- Iwansson, Per (1985), *Messica, Planifi-cação e uso do solo*. Lund: University of Lund, School of Architecture, Department of Bulding Function Analysis, Report R:2.
- Jansen, Bram (2014), “Kakuma (Kenya). Le camp dans l'économie de la ville, de la région et du monde”, em Michel Agier, *Un monde de camps*, Paris: Éditions la Découverte, pp. 164-177.
- Kennedy, James (2008), *Structures for the displaced: Service and Identity in Refugee Settlements* (Tese de doutoramento), Delft: International Forum on Urbanism.
- Lefebvre, Henri (1968), *Le Droit à la Ville*, Paris: Édition du Seuil.
- De Montclos, Marc-Antoine; Kagwanja, Peter (2000), “Refugee Camps or cities. The Socio-

-economic Dynamics of the Dadaab and Kakuma Camps in Northern Kenya”, *Journal of Refugee Studies*, n.º 2, pp. 2006-2021.

- Rawlence, Ben (2016), *City of Thorns*, Nova Iorque: Picador.

- Siddiqi, Anooradha Iyer (2014), “Dadaab (Kenya). L’histoire architectural d’un territoire non identifié”, em Michel Agier, *Un monde de camps*. Paris: Editions la Decouverte, pp 149-163.

- UNHCR (2016), “Dadaab Refugee Complex”. Disponível em: <http://www.unhcr.org/ke/475-dadaab-refugee-complex.html> [Cons. 01/10/2017].

- UNHCR (2016), “Kakuma Refugee Camp”. Disponível em: <http://www.unhcr.org/ke/479-kakuma-refugee-camp.html> [Cons. 01/10/2017].